

HABEAS CORPUS Nº 500.938 - SC (2019/0086980-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FLÁVIA STRINGARI MACHADO - SC035072
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : GUSTAVO DA SILVA HELEODORO (PRESO)
PACIENTE : MARCELO DA SILVA ZAMPOLI (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GUSTAVO DA SILVA HELEODORO e MARCELO DA SILVA ZAMPOLI, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 104):

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PRÁTICA, EM TESE, DOS DELITOS DE RECEPÇÃO E ADULTERAÇÃO DE SINAIS IDENTIFICADORES DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECRETO PRISIONAL LAVRADO EM DADOS CONCRETOS, SOBRETUDO EM RAZÃO DE REITERAÇÃO DELITIVA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO NA ESPÉCIE. PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NÃO VIOLADOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que os pacientes foram presos em flagrante pela prática dos delitos tipificados no art. 180 e art. 311, ambos do Código Penal.

A impetrante busca a revogação da prisão preventiva, sob o argumento de que não ocorreu situação a permitir o flagrante, bem como por inexistirem indícios de autoria com relação ao paciente Marcelo e não estarem presentes os requisitos para manter a segregação, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão do *habeas corpus* para revogar a custódia ou impor cautelares diversas.

Na origem, ação penal n. 0000798-91.2019.8.24.0020, o processo transitou em julgado no dia 09/04/2019, consoante consulta realizada em 31/5/2019 no sítio do tribunal *a quo*.

É o relatório.

DECIDO.

Eventuais irregularidades ocorridas no flagrante ficam superadas com a conversão da prisão em preventiva, constituindo o decreto novo título contra o qual insurgências devem ser dirigidas. À propósito: RHC 99.992/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 22/8/2018; RHC 97.677/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2018, DJe 13/8/2018.

Além disso, no procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão está assim fundamentada (fl. 70):

[...]. Com relação ao *periculum libertatis*, tenho que os custodiados apresentam risco à ordem pública, que deve ser assegurada, uma vez que **conforme a certidão de antecedentes juntada às fls. 35\36, Marcelo é reincidente na prática de delito de roubo, pelo qual está cumprindo reprimenda, possuindo outros registros de delitos semelhantes, o que indicam a inclinação a crimes dessa mesma espécie de caráter patrimonial e objetivando especificamente como bem jurídico veículos automotores. Do mesmo modo, infere-se da certidão de antecedentes de fls. 38\39 referente à Gustavo, que está em curso outra demanda de receptação, o que evidencia, que se dedica à prática criminosa, exigindo-se que seja cessada para que se resguarde a ordem pública e a paz social.**

Destaca-se, no ponto, que conforme leciona Guilherme de Souza Nucci, a existência de ações penais em curso, sem o respectivo trânsito em julgado, apesar de não poder ser utilizada para a dosimetria da pena privativa de liberdade definitiva, a teor da Súmula 444 do STJ, pode ser perfeitamente considerada como fundamento de prisões cautelares, devendo serem os antecedentes sopesados de forma global (CODIGO DE PROCESSO PENAL COMENTADO, 2017, p. 801), o que frise-se, já foi adotado pelo STF (Informativo 749), de modo que, evidente a necessidade de segregação cautelar para a garantia de ordem pública, prevenindo a ocorrência de novos delitos e gerando, com isso, a segurança social.

Sendo assim, a segregação dos custodiados, nesse contexto, mostra-se imprescindível para resguardar a incolumidade pública e acautelar o meio social, ressaltando-se que as condições pessoais do agente, como endereço fixo ou ocupação lícita, mesmo favoráveis, não subsistem frente à exigência

de preservação da ordem pública, notadamente à paz, saúde e segurança sociais, presentes no caso.

Por fim, tem-se que diante do narrado não se mostram as medidas cautelares diversas da prisão suficientes no caso para coibir a nova prática.

Ante o exposto, estando formalmente regular o auto de prisão em flagrante, HOMOLOGO-O.

Diante da presença dos requisitos do art. 312,1 do Código de Processo Penal e na forma do art. 313, inciso I, do mesmo Estatuto, CONVERTO a prisão em flagrante em preventiva, relativamente aos indiciados GUSTAVO DA SILVA HELEODORO e MARCELO DA SILVA ZAMPOLI, para assegurar a garantia da ordem pública, evitando a reiteração da prática delitiva. [...]

Como se vê, a manutenção da prisão tem fundamento na reiteração delitiva, evidenciada nas circunstâncias fáticas, pois *conforme a certidão de antecedentes juntada às fls. 35\36, Marcelo é reincidente na prática de delito de roubo, pelo qual está cumprindo reprimenda, possuindo outros registros de delitos semelhantes, o que indicam a inclinação a crimes dessa mesma espécie de caráter patrimonial e objetivando especificamente como bem jurídico veículos automotores e infere-se da certidão de antecedentes de fls. 38\39 referente à Gustavo, que está em curso outra demanda de receptação, o que evidencia, que se dedica à prática criminosa, de modo que não se verifica, ao primeiro exame, ilegalidade na decisão recorrida.*

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

